

## **PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR**

Debora Brito Lima<sup>1</sup>  
Dhessica da Silva Lima<sup>2</sup>  
Francisco Pereira de Oliveira<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva investigar as perspectivas de futuro de estudantes do terceiro ano do Ensino Médio, e apurar como se dá o desenvolvimento dos processos formativos pelas instituições (família, escola, governos), visando à inclusão de seus alunos no acesso ao ensino superior e o desenvolvimento de novas perspectivas pessoais e profissionais na vida destes sujeitos. Desta forma, a pesquisa mostra-se relevante para conhecer as perspectivas de adolescentes em relação ao ensino superior de forma que as instituições formativas possam melhor atender as necessidades e perspectivas desses sujeitos. De cunho qualitativo, a pesquisa desenvolveu-se durante o mês de Agosto de 2016, através de entrevistas semiestruturadas com dezesseis participantes, com faixa etária de 16 a 18 anos, de uma escola pública, localizada na zona urbana da cidade de Bragança- PA. A educação superior constitui-se o nível mais elevado da formação acadêmica, também oferecido pelas instituições públicas, com acesso através do ENEM, além de outras políticas implantadas para o acesso ao ensino superior. Constatou-se que os adolescentes apresentam perspectivas em relação ao ensino superior, mas acabam sendo frustradas pelas desigualdades existentes, não sentindo-se incluídos no processo educacional. Os governos têm investido e construído medidas efetivas de acesso ao ensino superior, mas, outras medidas precisam ser tomadas e outras ações desenvolvidas pelas instituições formativas a fim de garantir o conhecimento dos sistemas beneficiadores e o ingresso no ensino superior. Bem como as escolas precisam fornecer meios para que os estudantes possam alcançar seus objetivos, instruindo-os sobre a inserção na Educação Superior.

**Palavras-chave:** Perspectivas, Inclusão, Educação Superior.

## **PERSPECTIVES OF STUDENTS OF MIDDLE SCHOOL OF A PUBLIC SCHOOL IN RELATION TO HIGHER EDUCATION**

### **ABSTRACT**

The objective of this study is to investigate the future perspectives of third year high school students and to investigate how the development of the educational processes by the institutions (family, school, and governments) is aimed at the inclusion of their students in access to higher education and The development of new personal and professional perspectives in the life of these subjects. In this way, the research is relevant to know the perspectives of adolescents in relation to higher education so that the training institutions can better meet the needs and perspectives of these subjects. In a qualitative way, the research was carried out during the month of August 2016, through semi-structured interviews with 16 participants, aged 16 to 18 years, from a public school located in the urban area of the city of Bragança-PA. Higher education is the highest level of academic training, also offered by public institutions, with access through the ENEM, as well as other policies implemented for access to higher

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bragança-PA. Endereço eletrônico: dbrito463@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bragança-PA. Endereço eletrônico: dhessicasilva96@gmail.com

<sup>3</sup> Professor da Faculdade de Educação. Universidade Federal do Pará (UFPA) - Campus Bragança. Endereço eletrônico: foliveiranono@yahoo.com.br

education. It was observed that adolescents present perspectives regarding higher education, but they are frustrated by the existing inequalities, not feeling included in the educational process. Governments have invested and built effective measures of access to higher education, but other measures need to be taken and other actions taken by training institutions to ensure knowledge of the beneficiary systems and entry into higher education. As well as schools need to provide the means for students to achieve their goals by instructing them to enter Higher Education. **Keywords:** Perspectives, Inclusion, Higher Education.

## INTRODUÇÃO

Segundo Ferreira (2010) perspectiva constitui-se como uma sensação esperançosa, expectativa por algo; partindo desse pressuposto tomaremos como alvo de trabalho as perspectivas de adolescentes estudantes do ensino médio, no que tange ao prosseguimento dos estudos: quais suas expectativas em relação ao ensino superior, se pretendem ingressar nesse nível de ensino, quais os principais desafios para a inserção nas universidades públicas, os reflexos da educação básica na disputa por uma vaga nos processos seletivos, entre outros aspectos. Objetivando verificar o que os adolescentes pensam a respeito do assunto e analisando as falas significativas dos sujeitos a fim de conhecer as concepções destes sobre o tema.

Considerando o que a Lei 9.394/96 dispõe no seu art.4º inciso I “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade”, dessa forma, supõe-se que os estudantes do terceiro ano são, em sua maioria adolescentes, no qual a Organização Mundial de Saúde (OMS) define a adolescência como o período da vida que inicia aos 10 anos e termina aos 19 completos, e vivenciam um período de transição entre a infância e a vida adulta, marcado pelas transformações biológicas, físicas, psicológicas, comportamentais e pelos esforços dos indivíduos em alcançar os objetivos atrelados às expectativas culturais da sociedade, além de se configurar um processo de construção social e histórico.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 é umas das finalidades da última etapa da Educação Básica a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos. (BRASIL, 1996). Logo, o Ensino Médio deve oferecer subsídios aos discentes para que ao terminarem a educação básica, optem ou não em prosseguir os estudos. Mas, para que possam exercer o direito de escolha é necessário que conheçam, dessa forma, cabe à escola mostrar aos alunos as possibilidades de avanço dos estudos.

Segundo a Epistemologia Genética de Piaget (2002) os adolescentes encontram-se no estágio operatório-formal, fase de questionamentos e instabilidade, que se caracteriza por uma intensa busca de “si mesmo” e da própria identidade, os padrões estabelecidos são questionados, já na perspectiva histórico cultural de Vygotsky (1998) entre 15 a 17 anos, é o período em que adolescente diante do seu lugar no futuro, irá pensar em uma perspectiva de vida. Esta perspectiva envolve, também, o conceito de um “eu” ideal e o que se gostaria de alcançar na vida.

Assim, os adolescentes que estão finalizando a educação básica, passam por um momento de novas experiências e configurações para o futuro, ingressar na educação superior, construir uma carreira, obter melhores condições de vida, são possíveis planos para o futuro de muitos jovens que estão terminando o ensino médio. Segundo Carlos (1997) esse é um tempo privilegiado de construção da identidade.

A construção de perspectivas e planos futuros é resultado de um processo de aprendizagem acarretada na adolescência pela educação básica, em que neste período de último ano do ensino médio, o maior desafio para os jovens é escolher, e nesse processo de escolha cabe às instituições promoverem momentos formativos que propiciem caminhos para que este possa fazer suas próprias escolhas. (DAYRELL *apud* LAVILLE e DIONNE, 1999, p.02).

Dayrell *apud* Laville e Dionne (1999), afirma que “é tarefa do mundo adulto e suas instituições garantir aos jovens momentos e situações em que se coloquem como interlocutores, promovendo uma relação intergeracional”, no entanto, muitas instituições não vêm cumprindo suas funções. A instituição escolar, responsável pela educação formal, muitas vezes tem negligenciado seu papel, principalmente as escolas públicas, que na maioria dos casos limitam-se às suas problemáticas e conseqüentemente não promovem assistência necessária a esses jovens que encontram-se em momentos decisórios.

Gerando sentimento de incapacidade, frustração, dúvida, desconhecimento das formas de ingresso e dos programas sociais facilitadores do acesso ao ensino superior, de forma gratuita ou financiada. Levando assim muitos adolescentes a parcial desinformação quanto às políticas públicas de inclusão disponibilizada pelo governo. Entre esses sistemas beneficiadores, destacam-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES).

Desta forma, o trabalho tem como foco investigar as perspectivas de estudantes do

terceiro ano do ensino médio, de uma instituição escolar pública. Da mesma forma apurar como as esferas responsáveis pela educação dos adolescentes (família, escola e governos) desenvolvem os processos educativos de forma a viabilizar a inclusão destes no acesso ao ensino superior e, possibilitar o desenvolvimento de perspectivas pessoais e profissionais na vida destes sujeitos. Deste modo, torna-se relevante para a sociedade acadêmica conhecer as perspectivas dos estudantes do terceiro ano do ensino médio em relação ao ensino superior e, visualizar as ações desenvolvidas em prol da inclusão destes, nos diferentes níveis e conseqüentemente na sociedade, proporcionando assim a sensação de pertencimento.

### *Considerações sobre o Ensino Superior*

A discussão sobre democratização do ensino superior tem sido bastante recorrente na sociedade brasileira durante as últimas décadas, refletindo a necessidade de investimento e efetivação de políticas públicas que garantam o acesso e a equidade à população. Desde a Reforma Universitária de 1968 até os dias de hoje, o Ensino Superior tem sofrido grandes modificações. Nas últimas décadas, foram propostas políticas públicas, com programas específicos que contribuem para o acesso de estudante de baixa renda nesse nível de ensino.

Para Barbosa (2002) *apud* Saraiva e Nunes (2011) ao longo dos anos a educação esteve ligada a percepção de desenvolvimento de uma sociedade, pois considerasse que o avanço e a autonomia de um país só seriam alcançados mediante a um sistema de ensino superior consistente assim, a educação superior vêm ganhando cada vez mais importância, ao compreender que esta reflete o real estado da sociedade.

Corroborar-se com Corcini e Boneti (2006) ao afirmar que as políticas públicas de acesso ao ensino superior público são destinadas a sujeitos pertencentes a grupos que em virtude de suas diferenças são excluídos, objetivando assim incluir esses sujeitos, tais como: afrodescendentes pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas com deficiência e indígenas. Evidenciando um processo em que faz-se necessário políticas públicas inclusivas, a fim de oportunizar o ensino superior a um público postergado socialmente ao longo da história.

Boneti (2003, p.15) define política pública como:

A ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como decisão de intervenção pública numa realidade, quer seja ela econômica ou social. Entendemos por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais

organizações da sociedade civil.

Na visão de Aprile e Barone (2008) os programas de acesso ao ensino superior insere-se no âmbito das políticas inclusivas compensatórias posto que visam corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas, dessa forma, as políticas públicas criadas só vem reforçar a discrepância que existe nas classes sociais brasileiras quando se trata de acesso aos bens sociais.

Assim, de acordo com dados obtidos no censo de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o número de estudantes pobres que ingressam no ensino superior aumentou consideravelmente em relação ao censo de 2004, pois tínhamos uma parcela de 1,7% dessa categoria nas universidades, já no censo de 2014 atingiu-se o percentual de 7,2%. Evidenciando que apesar da maioria dos jovens e adultos que ingressam no ensino superior público serem oriundos do ensino público, infelizmente essa estimativa não contempla os 87% de jovens (cerca de 8 milhões) que são matriculados nas instituições públicas de ensino médio. Outro agravante, mostrado pelo censo de 2014, é que a maioria das Instituições de Ensino Superior no Brasil (IES) são privadas totalizando 2.090 e 301 públicas.

Dessa forma, uma das iniciativas tomadas pelo governo para aumentar o ingresso e acesso desses jovens à educação superior foi, à implantação do sistema de cotas em 2012, através da criação da Lei 12.711/2012 conhecida como Lei das Cotas, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas, por curso e turno, nas Instituições Federais de Ensino Superior, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, em escolas públicas. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. (BRASIL, 2012)

O sistema de cotas começou a ser aplicado no Brasil no ano de 2013, reservando 12,5% do número de vagas ofertadas, e assim, a porcentagem foi sendo aumentada, gradualmente, durante quatro anos, até hoje onde se tem os 50% garantidos por Lei.

Entre os sistemas beneficiadores têm-se o Sistema de Seleção Unificada (SISU), desenvolvido pelo Ministério da Educação em 2009, implantado e regulamentado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de Janeiro de 2010. Trata-se de um sistema informatizado, que é gerenciado pela secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, tendo por objetivo selecionar estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas

instituições públicas. Sendo um processo de seleção autônoma e realizada com base nos resultados obtidos no ENEM.

Constituindo as políticas de expansão do ensino superior, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004, pelo Governo Federal, por meio da Medida Provisória nº 213, institucionalizada pela Lei nº 11.096/2005, concede bolsas de estudos integrais ou parciais de 50% e 25% em instituições privadas de ensino superior para cursos de graduação, proporcionando, em contrapartida, a isenção de impostos às instituições que o aderirem. (BRASIL, 2005)

O programa, direcionado a brasileiros que não possuem diploma de curso superior, sendo estabelecidos os seguintes critérios para ingresso: ter participado de edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); possuir renda per capita máxima de três salários mínimos, ser egresso do ensino médio público ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, ser pessoa com deficiência ou professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício, sem formação em nível superior.

A implantação do ProUni, proporciona ao governo um investimento sem custo adicional, conforme Almeida (2006) cita, a renúncia fiscal seria de R\$ 50 milhões, muito inferior ao montante para gerar o mesmo número de vagas em IES públicas, estimado em R\$ 350 milhões. Dessa forma, investir no ProUni aos olhos do governo é muito mais vantajoso para as contas públicas.

O Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) foi criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, pela Medida Provisória nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99. A Lei nº 10.260 de 12 de Julho de 2001 regulamenta o FIES. Trata-se de um programa do Ministério da educação que visa financiar os cursos de graduação para estudantes matriculados em instituições não gratuitas, sendo financiado até 100% da mensalidade, após um ano e meio de término do curso, o estudante deve pagar a primeira parcela do pagamento (BRASIL, 2001). Como pré-requisito para concorrer a uma vaga nas IES o candidato deve participar da edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O Exame Nacional do Ensino Médio, originou-se em 1998, através da Portaria MEC nº 438, de 28 de Maio de 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante de ensino médio, até então tratava-se de apenas uma avaliação em larga escala, no ano de 2009 deixa de ser apenas um exame para se obter estimativas e dados estáticos, e passa a ser

requisito obrigatório para o ingresso nas instituições públicas de ensino superior, sendo adotado pelas universidades federais de forma parcial, e partir de 2013 integralmente.

Visualiza-se, assim, um cenário de políticas públicas que objetivam oportunizar a “todos”o acesso ao ensino superior, privado ou público. Porém, percebe-se, um grande quantitativo todos os anos de jovens e adultos que se dispõem a prestar o ENEM, a fim de concorrer a uma vaga nas instituições de ensino superior. No entanto, ainda, muitos acabam ficando de fora devido ao número de vagas que são insuficientes perante a demanda.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Este trabalho constitui-se como pesquisa de campo que objetiva averiguar aspectos inseridos em determinado contexto, que apresentem relevância ao estudo proposto. Lehfel (1991) refere-se à pesquisa como sendo a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade.

A amostragem da pesquisa é constituída por 16 adolescentes (10 do sexo feminino e 06 do sexo masculino) com idade entre 16 e 18 anos, estudantes do terceiro ano do ensino médio. Como lócus desta pesquisa, elegemos uma das escolas da rede pública com maior tempo de prestação de serviços à população bragantina, localizada na zona urbana do município de Bragança – PA. A escola dispõe de duas turmas de terceiro ano do ensino médio no turno da manhã, com o quantitativo de 52 alunos matriculados regularmente, dos quais foram escolhidos aleatoriamente 16 participantes, escolhidos por estarem em processo de finalização da educação básica e no auge das reflexões de ingresso na educação superior e sobre o futuro.

A abordagem utilizada é de caráter predominantemente qualitativo, com alguns aspectos quantitativos. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Desenvolveu-se por meio de entrevista semiestruturada, com perguntas impulsionadoras, elaboradas previamente de acordo com os objetivos propostos. Para Queiroz (1988) “A entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este

de acordo com seus objetivos”.

Para referenciar o estudo utilizou-se autores como Dayrell (1999), Barbosa (2002) Sparta e Gomes (2005), entre outros, e documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, e outras legislações que regem o acesso ao ensino superior e regulamentam os programas facilitadores de acesso ao ensino superior.

Os dados foram examinados com base na análise do discurso, assumindo, já que os depoimentos selecionados dos entrevistados são enunciados discursivos, “práticas socialmente embasadas, que apresentam, explícita ou implicitamente, as marcas da ideologia que os constitui, não sendo, portanto, neutros” (SARAIVA *et al.*, 2009 p.17), que dizem mais do que o articulado por meio da fala (BAKHTIN, 2006).

Foram elaborados seis questionamentos para melhor desenvolver a investigação, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 1-** Roteiro de entrevista

<b>Número</b>	<b>Perguntas:</b>
<b>P1</b>	Você tem interesse em ingressar no ensino superior?
<b>P2</b>	Sua família lhe apoia no prosseguimento dos estudos?
<b>P3</b>	A escola que você estuda em algum momento discute questões relacionadas ao ingresso no ensino superior?
<b>P4</b>	Você acha que a escola está contribuindo para a realização de seus objetivos?
<b>P5</b>	Você conhece as formas de ingresso no ensino superior?
<b>P6</b>	Em sua opinião qual é a maior dificuldade para o acesso ao ensino superior?

**Fonte:** Desenvolvido pelos pesquisadores, 2016.

## RESULTADOS

A partir das entrevistas com os participantes e de suas respostas aos questionamentos pôde-se conhecer as perspectivas dos jovens em relação ao ensino superior. Em resposta ao primeiro questionamento, constatou-se que todos os entrevistados apresentaram perspectivas de ingresso à educação superior, inclusive muitos sabiam qual curso de seu interesse, dispendo de informações sobre instituição e localidade onde o curso é ofertado.

Sim, quero fazer Física no IFPA aqui em Bragança ou Engenharia Eletromecânica em Santa Catarina. (Entrevistado 01)

Dessa forma, em relação ao apoio da família para o prosseguimento dos estudos 81,25% dos entrevistados alegaram possuir, com ênfase na mãe que apoia bem mais que os demais, inclusive dando incentivo caso haja necessidade de mudança de cidade ou Estado.



É minha família diz que é pra continuar estudar, ir pra universidade.  
(Entrevistada 05)

Os demais 8,75% dos casos disseram que a família não apoia a ideia de ingressar na universidade, desestimulando-os ou alegando outras prioridades para eles.

A minha família quer que eu vá pra Belém trabalhar pra lá mas eu queria estudar mais, porque a minha família não tem muita condição financeira.  
(Entrevistado 02)

Mais ou menos, alguns dizem que não irei conseguir. (Entrevistada 09)

Questionados sobre as ações desenvolvidas pela escola em relação ao ingresso na educação superior, foi mencionado que são executadas várias ações educativas como simulados, “aulões” de redação, auxiliando os estudantes para as provas seletivas, pois a maioria não frequenta cursinho preparatório. Recebem também, incentivo por parte do corpo docente, coordenação e direção, através dos relatos de vida e superação das dificuldades, que mediante a estas tornaram-se resilientes. Desmistificando a concepção de educação superior como algo utópico, mas sim como algo possível mediante a esforços, no vencer através da educação.

Sim, os professores sempre nos incentivam, o diretor faz aulas de redação e simulados com a gente. (Entrevistada 06)

Sim, eles já fizeram aula com a gente, aulas de redação, o diretor sempre vem na sala conversar com a gente, incentivar a gente, saber a nossa opinião se agente quer ou não professores para, porque a maioria não faz cursinho, então ele sempre vem com ideias de trazer os professores pra fazer tipo um cursinho com a gente. (Entrevistada 07)

Quanto ao questionamento: Você acha que a escola está contribuindo para a realização de seus objetivos? De que forma? Se não, como tentas suprir essas lacunas? As respostas em sua maioria foram favoráveis, todos reconhecem a importância da escola, dos estudos, da necessidade de formação educacional, mas sempre ressaltando que ela não desempenha um papel totalmente satisfatório, podendo fazer cada vez mais, na medida em que esta faz apenas o “básico”.

Somente 12,5% dos entrevistados frequentam cursinho preparatório, os demais prepararam-se para o ENEM somente através das aulas oferecidas pela escola regular.

Em relação ao conhecimento das formas de ingresso ao ensino superior, notou-se que a maior parte (70%) dos entrevistados desconhece-as, parcialmente ou totalmente. Quando questionados quais eram, não conseguiam relacionar, mais ao citar os programas como SISU, PROUNI e outros, identificavam, porém não sabiam diferenciar e desconheciam o objetivo de cada um.

Esse questionamento foi o que apresentou maior problemática nas entrevistas, pois os sujeitos não conseguiam fazer a associação entre o questionamento e as possíveis respostas.

Ocasionalmente em mais tempo pensando, em tese alguns á priori declararam que a inserção no ensino superior se dava por meio do ENEM, muitas vezes a resposta vinha em forma de questionamento, “è através do ENEM né?” evidenciando a incerteza desta resposta. Outros, no entanto, se quer fizeram insinuações, alegando que não sabiam como funcionava, e só por meio de insinuações dos pesquisadores conseguiram associar o ENEM, bem como os programas facilitadores, que chegavam a entrevista quando invocados pelos pesquisadores, evidenciando o desconhecimento e a incompreensão sobre o assunto tratado.

Sobre a maior dificuldade de acesso ao ensino superior 56,25% dos entrevistados apontaram a concorrência como maior obstáculo; 12,5% alegaram que as provas são o maior empecilho, pelo grau de dificuldade; 12,5% encontram nos conteúdos o maior estorvo e 25% alegaram outras situações como a redação, a fragilidade da educação pública, o comprometimento dos profissionais atuantes na educação, entre outros.

## DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos pôde-se observar que todos os estudantes entrevistados possuem interesse em ingressar no ensino superior, assim como, grande parte dispõem de apoio familiar. Noutro estudo realizado há alguns anos por Sparta, Nachtigall e Bardagi (2003) constatou-se que 20,7 % de uma amostra, composta por alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas e particulares de Porto Alegre, possuíam planos que excluía o ingresso na educação superior. Dessa forma, percebe-se, nem sempre os estudantes do terceiro ano terão em suas perspectivas de futuro incluídas o interesse em ingressar no ensino superior, mostrando-se as especificidades dos sujeitos, da realidade vivenciada e ou do contexto social em que o sujeito está inserido.

Conforme ressalta Blustein *et al.* (1991), pode-se dizer que, para grande parte dos adolescentes e jovens adultos, um contexto familiar apoiador e incentivador da autonomia contribui significativamente para o progresso no desenvolvimento de carreira. È de fundamental importância o apoio familiar. Assim, observamos uma mudança de percepção da população, em relação ao ensino superior, atribuindo importância e incentivando os filhos a prosseguirem os estudos. Situação controversa há poucas décadas atrás, onde as famílias mais pobres priorizavam o trabalho, o importante era apenas aprender a ler e escrever, por isso muitos encerravam os estudos nos anos finais do ensino fundamental. Segundo dados do IBGE as taxas de evasão escolar são menores desde a década de 80. (LOIS e LIMA, 1997).

Em seus estudos Lois e Lima (1997) referenciam no que tange aos motivos da evasão

escolar, que muitos alunos afirmam serem obrigados abandonar a escola independentemente da idade para auxiliar no sustento da família. “Como lhes falta a cobrança dos pais em relação ao estudo e até a necessidade de uma maior motivação, esses alunos acabam por apresentar um baixo rendimento e, futuramente a evasão escolar.”

Embora, sejam poucos, encontrou-se casos em que o estudante é desmotivado pela família, mesmo almejando prosseguir com os estudos, quando defrontado com a realidade; a situação socioeconômica de sua família o obriga a abdicar de seus objetivos a fim de buscar renda para o sustento familiar. Conforme Soares (2002) vêm apontar sobre a influência de amigos e familiares nas expectativas das pessoas, pontuando que as expectativas relacionados ao próprio futuro profissional estão sempre carregadas de afetos, esperanças, medos e inseguranças, não somente seus como também de familiares e amigos mais próximos. Logo, a opção de prosseguir ou não os estudos, podem ser reflexo da concepção de pessoas que convivem com aquele jovem.

Segundo Carlos (1997) os pais tendem a transmitir aos filhos as suas valorizações da realidade do mundo do trabalho, isto é, as dimensões que eles próprios consideram importantes e nucleares para o sucesso profissional. Assim, o autor cita que os pais de níveis socioeconômicos mais elevados, valorizam muito mais a autonomia dos filhos. Enquanto, os pais de níveis socioeconômicos menos elevados, tendem a valorizar mais as atitudes de obediência na educação dos seus filhos, reduzindo assim as oportunidades de exploração vocacional e as suas expectativas de formação e sucesso profissional. Assim, a educação que é repassada pelos pais aos filhos refletem, também, pode intervir nas perspectivas de futuro refletindo nas escolhas que os jovens realizar.

O interesse demonstrado pelos alunos em relação ao ensino superior, pode ser resultado dos trabalhos que são realizados pela escola. Vários autores vêm discutindo sobre o papel da escolas e suas falhas em relação ao ensino médio, conforme questionam Sparta *et al.* (2005) concordam que a preocupação central com a aprovação no vestibular tem empobrecido o estímulo ao comportamento exploratório vocacional. Assim, a escola deve preparar o aluno, para prosseguir os estudos, porém, não deve centrar sua atenção, nem a rotina de prática de ensino, na última etapa da educação básica, para girarem em torno dos vestibulares.

A escola historicamente tem sido fonte de referência e assistência para seus usuários durante o processo educacional. De acordo com as políticas educacionais, através da Lei

9.394/96 no art. 35, que define como objetivo do ensino Médio a preparação para o ensino superior, cabendo assim a esta etapa preparar os jovens de forma a possibilitar o ingresso em nível superior.(BRASIL,1996)

Preparar esse aluno para ingressar no Ensino Superior, para além desse fato, é prepará-lo para exercer suas atribuições como cidadão, é conhecer seus direitos, ser sabedor das políticas públicas existentes que o beneficiam. Dessa forma, segundo PIRES (2007) Vive-se um momento transitório na sociedade e cabe a escola instituição formadora de sujeitos que sejam capazes de intervir/transformar essa sociedade.

Desconsiderando as inúmeras problemáticas enfrentadas pelas escolas, principalmente as públicas, e as próprias contradições sociais que privam a maioria dos jovens e adolescentes de alcançar este nível de ensino. Visto que as políticas públicas incrementadas pelos governos ao longo dos anos, apesar de alcance a todos não são suficientes, pois de forma ou de outra resulta-se em um processo de inclusão “excludente”.

Segundo as autoras Oliveira, Pinto e Souza (2003) para os alunos de escola pública, o ambiente social não tem sido favorável ao ingresso na universidade e no mercado de trabalho. Estudar não tem representado a porta de acesso a uma vida de melhor qualidade para esses jovens. Assim, quando conseguem ingressar no ensino superior, não se sustentam no sistema e acabam desistindo.

Dessa forma o ingresso e a permanência na educação superior, mantêm-se ainda ao longo das décadas bastante elitizado, até mesmo nas universidades públicas. Como discutem Maia (1989) e Santos (1998):

Isso ocorre porque os alunos provenientes das camadas populares não recebem da escola condições de competir por vagas no sistema público de ensino superior, em igualdade com os das camadas altas. Desta forma, o sucesso dos jovens que alcançam a universidade pública, embora apresentado como mérito acadêmico e intelectual, é, na verdade, determinado socioeconomicamente.

Apesar do lócus da pesquisa não dispor de estrutura física adequada, recursos elaborados, e outros suportes, ainda assim o resultado encontrado em relação a contribuição e ao incentivo para ingresso no nível superior foi bastante satisfatório, demonstrando que existem escolas e escolas, assim como profissionais e profissionais.

## CONCLUSÃO

Conclui-se, assim, que os estes estudantes possuem perspectivas em relação ao ensino superior, ao contrário do que pensa o senso comum, eles na verdade pensam no futuro, na perspectiva de melhoria de vida através da educação. Sendo assim a educação superior um

degrau da vida estudantil para atingir objetivos maiores. Comunga-se com os resultados encontrados na pesquisa de Sparta *et al.* (2005) “Os resultados encontrados corroboram a ideia de que o ingresso na educação superior tem sido valorizado como alternativa principal de escolha para os jovens que chegam ao fim do ensino médio.”

Embora, desejem ingressar no ensino superior, no entanto, acabam encontrando muitas barreiras que limitam esse acesso, principalmente o disparate de preparação entre a rede pública e privada. Outra fator identificado é a importância do apoio familiar para o prosseguimento dos estudos, sendo este elemento essencial e até mesmo precursor para o ingresso na educação superior.

Apesar dos avanços vivenciados nas últimas décadas no ensino médio e no ensino superior, as políticas públicas inclusivas ainda são insuficientes perante a grande demanda de jovens e adolescentes que todos os anos ficam fora das universidades. Sendo assim privados de um direito fundamental de todos à uma educação de qualidade, e da oportunidade de ingressarem no ensino superior.

Percebeu-se que os adolescentes são mais que estereótipos, eles são indivíduos com capacidades e habilidades, que precisam ser levadas em conta e trabalhadas. Para isso, no entanto as escolas, os profissionais da educação, precisam acreditar na capacidade de seus alunos e apoiá-los nas suas perspectivas de modo a torná-las reais.

Constatou-se outra problemática, que mesmo existindo programas facilitadores de acesso ao ensino superior a grande maioria dos estudantes encontra-se em situação de ignorância sobre eles, conhecendo somente por alto, como então utilizá-las? Questiona-se então, o que as instituições família, escola, governos e outras instituições formativas estão a fazer a respeito?

Visualizou-se a escola como uma instituição formativa, com restrições, mas que também desenvolve sua função de forma significativa na vida de seus alunos, além de encontrarmos nos discursos, pessoas de referência, que tornam-se verdadeiros exemplos a serem seguidos pelos demais profissionais, pessoas que vão além da profissão e fazem despertar o desejo de ser pessoas melhores e lutar em busca do que almeja-se. A família como elemento precursor para o alcance de outros níveis, apoiando, incentivando, passando credibilidade aos adolescentes que constroem perspectivas a serem alcançadas.

Os governos têm investido e construído medidas efetivas de acesso ao ensino superior, mas, outras medidas precisam ser tomadas e outras ações desenvolvidas pelas instituições

formativas a fim de garantir o conhecimento dos sistemas beneficiadores e o ingresso no ensino superior, contribuindo para a realização e alcance das perspectivas de vida. Bem como, os estudantes precisam tomar iniciativas quanto a seu processo educativo, buscando assim informações quanto á seus direitos e programas de assistência, agregando assim mais conhecimentos e conseqüentemente melhores resultados.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- APRILE, M. R.; BARONE, R. E. M. **Políticas públicas para acesso ao ensino superior e inclusão no mundo do trabalho**: o Programa Universidade para todos (PROUNI) em questão. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., Lisboa, 2008. Anais... Lisboa: APS: 2008.
- BLUSTEIN, D. L., WALBRIDGE, M. M., FRIEDLANDER, M. L. & PALLADINO, D. E. (1991). **Contributions of psychological separation and parental attachment to the career development process**. *Journal of Counseling Psychology*, 38(1), 39-50
- BONETI, Lindomar W. **Políticas públicas, educação e exclusão social**. In (Cord) Educação, exclusão e Cidadania. 3ª ed. Ijuí: Editora UNIJUI, 2003.
- BRASIL. **Ingresso nas Universidades Federais**. Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.
- BRASIL. **Programa de financiamento estudantil - FIES**. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.
- BRASIL. **Programa universidade para todos - PROUNI**. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.
- CARLOS MANOEL GONÇALVES. **A influência da família no desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens**. Porto, 1997. 268
- CORCINI, M. M. ; BONETI, Lindomar W . **As Políticas Públicas de Acesso à Educação Superior no Brasil: Uma Avaliação Parlamentar**. In: VI Educere - Congresso Nacional de Educação, 2006, Curitiba. Anais do VI Educere - Congresso Nacional de Educação. Curitiba: Dilmeire Sant`anna e Romilda Teodora Ens, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

p. 186.

LOLIS, Dione; LIMA, Jane Cristina Franco. **Evasão e demanda escolar nas favelas e assentamentos na região leste de Londrina**, 1997.

MINAYO, Maria. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; PINTO, Raquel Gomes; SOUZA, Alessandra da Silva. **Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta**. *Temas em Psicologia* [online], vol.11, n.1, pp. 16-27, 2003.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. – 1. Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2002

PIRES, Pierre André Garcia. **A escola e sua contribuição na formação de sujeitos: um olhar a partir da nova concepção de currículo**. *Anais do VI congresso de letras Linguagem e cultura*. 2007.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

SANTOS, C. M. (1998). **O acesso ao ensino superior no Brasil: A questão da elitização**. *Avaliação das políticas públicas em educação*, 6 (19), 237-258.

SANTOS, L. M. M. (2005). **O papel da família e dos pares na escolha profissional**. *Psicologia em Estudo*, 10(1), 57-66.

SPARTA, M., & GOMES, W. B. (2005). **Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio**. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(2), 45-53.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Recebido em 20 de fevereiro de 2017.

Aprovado em 16 de março de 2017.